

DECRETO Nº 37246, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PROTESTO DOS CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, NA FORMA E PARA OS FINS PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997, E NA LEI FEDERAL Nº 12.767, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Betim, no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal 1.948, de 28 de dezembro de 1989 (Código Tributário Municipal) e demais legislações municipais pertinentes; DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por meio da Procuradoria-Geral do Município (PROGEM), a protestar extrajudicialmente, independentemente de seu valor e sem prévio depósito de emolumentos, custas ou qualquer despesa para o Município, na forma e para os fins previstos na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e na Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários do Município de Betim, e de suas autarquias e fundações públicas, constituídos na forma da Lei Municipal nº 1948, de 28 de dezembro de 1989 - Código Tributário Municipal, com suas alterações, e demais legislações municipais pertinentes.

§ 1º - Os efeitos do protesto alcançarão os responsáveis tributários, nos termos dos artigos 134 e 135, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§ 2º - O protesto a que alude o caput deste artigo alcançará apenas os contribuintes ou devedores que estejam devidamente identificados.

§ 3º - A certidão de Dívida Ativa encaminhada a protesto deverá conter, além dos requisitos obrigatórios previstos na Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal, os seguintes dados: a) número de inscrição no CPF ou CNPJ; b) endereço completo, constante do cadastro municipal.

§ 4º - A Secretaria Adjunta da Fazenda deverá expedir Certidão de Dívida Ativa encaminhando a PROGEM para que esta efetive o protesto junto ao Tabelionato de Protesto.

§ 5º - Poderão ser protestados, débitos regularmente inscritos na dívida ativa, inclusive aqueles que já estejam sendo objeto de execução fiscal.

§ 6º - As providências constantes do caput deste artigo, após 3 (três) meses do protesto, caso não haja pagamento ou solicitação de parcelamento, não obstam a execução dos créditos inscritos na dívida ativa, nos termos da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, nem as garantias previstas nos artigos 183 a 193, da Lei Federal nº 5.172/1966.

Art. 2º - Para fins deste Decreto, poderá o Município de Betim celebrar convênios não onerosos com entidades públicas e privadas para divulgação das informações previstas no inciso II, do §3º, do art. 198, da Lei Federal nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal e os respectivos Tabelionatos de Protesto de Títulos poderão firmar convênios dispondo sobre

as condições para a realização dos protestos de Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, regulando a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores, observado o disposto na legislação federal e estadual.

§ 1º - Os Convênios a serem firmados com os Cartórios de Protesto locais regularão a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores.

§ 2º - Os pagamentos dos valores previstos nas tabelas de emolumentos devidos pelo protesto das Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal correrão por conta dos contribuintes inadimplentes, que os farão diretamente ao Tabelionato de Notas, no momento da comprovação da quitação do débito pelo devedor ou responsável, ou por ocasião do cancelamento do protesto, sendo devidos, neste último caso, também, pelos contribuintes.

Art. 4º - O parcelamento do crédito poderá ser concedido pela Secretaria Adjunta da Fazenda após o registro do protesto, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º - Efetuado o pagamento do depósito inicial relativo ao parcelamento, será autorizado o cancelamento do protesto, que somente deverá ser efetivado após o pagamento dos emolumentos, taxas e demais despesas previstas em Lei.

§ 2º - Os parcelamentos concedidos pela Administração Tributária, quando inadimplidos, poderão ser levados a protesto mediante expedição de certidão específica relativa ao saldo remanescente. Art. 5º Os Tabelionatos fornecerão ao Município de Betim, quando solicitado pela PROGEM e pela Secretaria Adjunta da Fazenda, certidão, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade, nem mesmo parcialmente. Parágrafo único. A Certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município de Betim, e os Tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

Art. 6º - Para maiores informações, o contribuinte deverá solicitar certidão no tabelionato competente, nos termos do art. 29, da Lei Federal nº 9.492, de 1997.

Art. 7º - Fica autorizada a inscrição das dívidas protestadas em cadastros de proteção ao crédito, incumbindo ao contribuinte, assim que apresentar a quitação ou o cancelamento do débito, perante o Tabelionato de Notas, promover a exclusão de seu nome do referido cadastro.

Art. 8º - Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

~~Art. 9º - Os débitos inscritos em dívida ativa protestados pela PROGEM, antes do ajuizamento da ação de execução fiscal serão acrescidos de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, por guia própria expedida pela PROGEM em sua seção de Execução Fiscal, sendo calculado sobre o valor da dívida atualizada.~~

~~Parágrafo único - Os débitos constantes da certidão de dívida~~

~~ativa protestada após o ajuizamento da ação de execução fiscal serão acrescidos de valor dos honorários advocatícios arbitrados nos respectivos autos.~~ *(Redação original)*

Art. 9º - Os débitos inscritos em dívida ativa protestados antes do ajuizamento da ação de execução fiscal, serão acrescidos de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, por guia própria expedida pela Procuradoria Geral do Município de Betim - PROGEM em sua seção de Execução Fiscal.

Parágrafo único - Os débitos constantes da certidão de dívida ativa protestada após o ajuizamento da ação de Execução Fiscal serão acrescidos do valor dos honorários advocatícios arbitrados nos respectivos autos. *(Art. 9º e parágrafo único com redação dada pelo Decreto nº 40641, de 21/2/2017).*

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Betim, 18 de novembro de 2014.

Carlaile Jesus Pedrosa
Prefeito Municipal

Neive Machado de Lima
Procurador Geral do Município

